



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	11
NOTA PREAMBULAR	15
INTRODUÇÃO	21
1. Conteúdo e estrutura do direito ao confronto	27
1.1 Definição	27
1.2 Direito ao confronto versus contraditório	32
2. Sistema do “Common Law” e o “Right of Confrontation”	39
2.1 Breve evolução histórica do direito ao confronto no sistema do “common law”	39
2.2 “Right of confrontation” e a “hearsay rule”	44
2.2.1 Evolução histórica da “Hearsay Rule” no “common law”	44
2.2.2 Conteúdo e fundamentos da “hearsay rule”	51
2.2.3 Comparação entre o direito ao confronto e a lei contra admissão da “hearsay” (“hearsay rule”) na discussão sobre as declarações anteriores (“out-of-court statements”)	61





2.2.3.1 Tratamento da suprema corte norte-americana antes do caso Crawford.....	62
2.2.3.2 Contexto factual e jurídico pós-caso Crawford.....	66
2.2.3.3 Algumas considerações finais sobre a autonomia do “right of confrontation” frente à “hearsay rule”	75
3. Direito ao confronto e o Tribunal Europeu dos Direitos humanos. Sobre restrições e a evolução da interpretação adotada	81
3.1 Direito ao confronto no Tribunal Europeu de Direitos Humanos	81
3.2 Conceito de testemunhas para o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	86
3.3 Restrições ao direito ao confronto.....	88
3.3.1 Testemunhas ausentes	88
3.3.1.1 Caso Al-Khawaja e Tahery c. Reino Unido e alteração de paradigma dentro da Corte	95
3.3.1.2 Algumas considerações críticas acerca do julgamento do caso Al-Khawaja e Tahery v. Reino Unido	100
3.3.2 Testemunhas anônimas	110
4. Sobre o reconhecimento e aplicação do direito ao confronto dentro do ordenamento jurídico português. Uma análise da transmissibilidade das declarações testemunhais..	123
4.1 Fundamento convencional e constitucional do direito ao confronto	123
4.2 Âmbito normativo de proteção do direito ao confronto no direito português. Direito ao confronto versus contraditório.	129
4.3 Direito ao confronto versus imediação e oralidade	135





SUMÁRIO	19
4.4 Abordagem da temática da produção de prova à luz do direito ao confronto	141
4.5 Atual estado da questão. Análise do artigo 355 do CPP.	145
4.6 Exceções ao direito ao confronto e ao regime da intransmissibilidade das declarações anteriores. Artigo 356, do CPP.	150
4.7 Restrições com relação à prova decorrente de testemunha anônima	160
5. Do direito ao confronto e sua observância pelo ordenamento jurídico brasileiro	171
5.1 Análise do direito ao confronto e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).....	171
5.2 Comentários sobre a aplicação do direito ao confronto no ordenamento brasileiro.....	175
5.2.1 Breves comentários sobre o tratamento dado aos tratados de direitos humanos no Brasil.....	175
5.2.2 Fundamento convencional e constitucional do direito ao confronto	179
5.3 Sobre a produção da prova oral no Brasil	182
5.4 Testemunhas anônimas	203
CONCLUSÃO	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	213

